


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008108-13.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **CRISTINAN ALEX DOS SANTOS**
 Requerido: **SONY BRASIL LTDA (SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL INFORMATICA S/A)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um aparelho fabricado pela ré, o qual foi encaminhado à Assistência Técnica em decorrência de problema que apresentou.

Alegou ainda que houve substituição da placa do aparelho, o qual novamente apresentou problemas de funcionamento.

Todavia, não conseguiu encaminhar novamente o aparelho defeituoso para assistência técnica, visto que quando o aparelho voltou da assistência técnica pela primeira vez, não veio acompanhado da respectiva nota fiscal na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

qual deveria constar o novo número do IMEI em razão da troca da placa do aparelho.

Requer a devolução do valor que pagou pelo bem.

A ré em contestação não negou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Em consequência, se admite como verdadeiro que o produto trazido à colação teve sua placa principal trocada, bem como não retornou com a documentação que seria exigida para tal caso.

Não houve justificativa por parte da ré para que esse impasse não fosse resolvido.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida no particular, devendo a ré entregar ao autor um novo aparelho em perfeitas condições de utilização.

Restou patenteado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, de sorte que é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra tratada nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.324,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2015 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**